

# USOS DA CARTOGRAFIA ANTI-RACISMO NAS LUTAS DO MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO

Lya Moret Boynard<sup>1</sup>  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Brasil)  
[lyamoret@hotmail.com](mailto:lyamoret@hotmail.com)

## INTRODUÇÃO

Neste trabalho temos por objetivo discutir o uso da cartografia como *instrumento de ação* na luta anti-racismo do Movimento Negro brasileiro. Essas cartografias, que vêm sendo chamadas de “novas cartografias sociais”, estão para os Movimentos Sociais como elementos de transformação social e produção/reivindicação de novas realidades. No Brasil, o Movimento Negro conta com algumas conquistas contra o racismo na história recente do país, mas continuam postos à margem do projeto hegemônico de sociedade, que é europeu, branco, machista e classista, e, portanto, impõe diversas formas de opressão e a negação de importantes direitos.

Estamos diante de um cenário político controverso e desigual. O movimento social começa a usar a cartografia como uma nova ferramenta de luta na disputa por direitos, sejam eles políticos, territoriais, culturais e etc. As novas cartografias, como os novos usos das tradicionais bases cartográficas, colocam uma nova agenda sócio-política na qual estão inseridos atores que elaboram pautas de discussão em variados níveis de estruturas de poder da nossa sociedade. Os novos usos trazem ao mapa, legendas, propriedades cartográficas, formas de representar o espaço, que fazem uma frente de contestação à cartografia oficial, desconstruindo e reinventando-a – ou, se não isso, usando-a com novos propósitos.

### 1. “**Conceitualizando**”: o que é “**cartografia tradicional**” e o que é “**cartografia social**”?

---

<sup>1</sup> Graduanda, bolsista de Iniciação Científica CNPq do projeto de pesquisa "Cartografagens da Ação e dos Conflitos Sociais: Análise comparativa de observações e representações do espaço-tempo do fazer político." Coordenado pelo Professor Dr. Renato Emerson N. Santos, do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ), Brasil.

Um conceito sem atualização corre o risco de ser apenas uma palavra “perdida” no contexto. Chamaremos neste ensaio as cartografias oficiais de *tradicionais*. Isso porque, ao longo do período histórico conhecido como modernidade, ocorreram diversos processos de naturalização e legitimação da cartografia técnico-científica, de modo que esta foi politicamente imposta a toda e qualquer outra forma de raciocínio espacial.

Os saberes outrora tradicionais foram apropriados através do que conhecemos como colonialidade do saber, uma forma de opressão epistêmica<sup>1</sup> onde se desautoriza o conhecimento do outro por diversos meios coercitivos, violentos ou não. Sem que a comunidade que detêm o conhecimento tradicional perceba, seu saber é subalternizado, apropriado e redefinido, relacionado a aparatos técnicos e linguagem inacessível, para que assim este conhecimento usurpado seja chamado de “invenção”.



Mapa 1 - Projeção de Mercator

O processo de opressão epistêmica esteve, então, no cerne do que veio a ser a cartografia oficial, estatal e socialmente “aceita”. Nele, negou-se credulidade a outros conhecimentos, desvalorizaram-se os

saberes tradicionais, que foram mistificados, infantilizados e transformados em fábula. O saber espacial de outras culturas foi negado pela cartografia moderna. Há a imposição de modelos de representação da terra como o de Mercator e suas variantes que se associaram ao projeto colonialista de eurocentramento do poder mundial, e foram afirmados como a maneira moderna (que hoje já parece “tradicional”) de pensar a organização do mundo.

Sabendo disso, vamos então considerar que cartografia social é **toda** e qualquer representação espacial. Seja aquela cartografia feita através de órgãos estatais como o exército, marinha e aeronáutica, seja aquela feita por

engenheiros cartógrafos e também a encontrada nos livros didáticos e etc. Isso porque, estas são representações construídas no seio de relações sociais, para uso social. Em outras palavras, são feitas por pessoas e para pessoas.

Acontece que, num determinado momento de crise paradigmática na Geografia, deu-se início a um processo de ruptura da concepção de método e uso de vertentes epistemológicas críticas e houve também a necessidade de transformar a forma tradicional de leitura espacial, em especial para o estudo aqui proposto, a forma e o “porque” de ensinar, interpretar e produzir mapas.

Mudanças na Geografia suscitam mudanças na Cartografia, mas isso não significa dizer que essas são sinônimas. Várias são as discussões que perpassam a identidade dos saberes geográficos e cartográficos. Entendemos a cartografia como um instrumento para o geógrafo tal como a geografia serve ao cartógrafo, estabelece-se então uma relação dialética entre esses saberes que, apesar de configurarem disciplinas com relativa autonomia, se complementam e se significam – mostra disso é o fato de a carta ser considerada a forma de representação geográfica por excelência<sup>2</sup>.

O elemento crítico na cartografia torna possível a mudança da leitura de mundo do Geógrafo e se faz fator importante na participação/atuação de grupos oprimidos, subalternizados e invisibilizados no cenário político dos últimos anos. As grafagens espaciais hegemônicas são também instrumentos de dominação e opressão destes grupos. Os raciocínios centrados no espaço sempre foram feitos pela pluralidade de atores, mas somente aqueles que os faziam a um rigor técnico e a um propósito definido, finalizando-os em cartas cuja complexidade significa acessibilidade restrita a quem detém esse conhecimento, eram aceitos pelas comunidades científicas. A produção cartográfica restrita fez do mapa um difusor de um olhar eurocêntrico.

A influência da Geografia Crítica trouxe, então, contestações à Cartografia pelo seu papel nas estratégias estatais – como, por exemplo, as de controle e dominação territorial e populacional. Esse momento de contestação oportuniza o aparecimento de experiências (de diferentes formas) vinculadas a lutas sociais, que fazem práticas cartográficas alternativas, que vêm sendo denominadas, entre outros termos, como “cartografias sociais” – termo que, aqui, utilizamos criticamente.

Isso, portanto, justifica pensarmos a existência de um campo distinto que podemos chamar de “**cartografia social**” ou “**Novas Cartografias Sociais**”, mesmo toda representação sendo social. Movimentos sociais, articulações de lutas, enfim, diversos atores políticos contra-hegemônicos e também cartógrafos e pesquisadores engajados politicamente vêm utilizando a cartografia como instrumento de contra-poder. Buscam, dentre outras coisas, o respeito a suas formas de compreensão e apropriação do espaço geográfico.

## **2. As novidades das Novas Cartografias Sociais**

Os grupos que rompem com a cartografia técnica oficial, estão criando novos códigos de linguagem cartográfica que atendem a necessidades específicas de cada grupo. **É a realidade produzida por novas perspectivas**, com novas “técnicas” ou não, e novas ideologias.

O que queremos dizer é que as Novas cartografias têm de “novo” a proposta, ou como discutimos aqui, o uso. Independente da forma, seu potencial no cenário político chegou para novos usuários. Isso é o que elas têm de mais original. Em nossas pesquisas, as manifestações de novas expressões cartográficas nos mostraram que elas têm certa flexibilidade de concepção visual e podem ousar quanto ao:

“(i) objeto cartográfico - ruptura com as convenções, (ii) no processo cartográfico - com a participação, inclusive na concepção e definição de o quê se “cartografa”, que tira o monopólio do estado, dos militares e das corporações ou (iii) no uso cartográfico - como instrumento para grupos tradicionalmente desfavorecidos pela cartografia”. (SANTOS, 2010) <sup>3</sup>

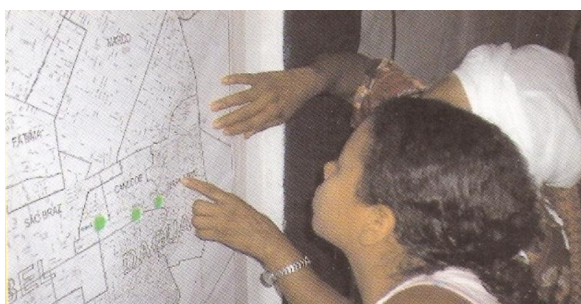
Dito isto, temos que esses três planos de subversão (objeto, processo e uso cartográfico) podem coexistir em cada experiência de cartografia social, ou não. Isso porque cartografia social não trata da negação de uma representação do espaço em afirmação de outra. Cartografia social é uma das múltiplas formas que o conhecimento socializado se apresenta.

### 3. Usos cartográficos para/pelo/com/sobre o Movimento Negro brasileiro.

O Movimento Negro brasileiro usa as novas cartografias sociais de diferentes maneiras: a) como usuário das cartografias sociais – cartografias **para** o movimento social; b) como participante e usuário, atuando na confecção do mapa ou sendo autor da própria ferramenta de luta – cartografia feita **com** ou **pela** participação do movimento social (cartografias participativas); e c) como objeto a ser “cartografado” – cartografia **sobre** o movimento social.

Analisaremos a seguir o uso de cartografia social através de dois exemplos de experiências de mapeamento participativo que endossam a luta do Movimento Negro. No Brasil, esse movimento resiste ao longo do tempo para fazer valer importantes conquistas na sua luta anti-racismo como as de afirmação de identidades coletivas, reconhecimento dos direitos étnicos, preservação de práticas e culturas ancestrais, direitos de expressão religiosa, demarcação territorial, luta por territorialidades específicas e também na educação, direitos esses que sempre foram negados pelo Estado.

O **Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA)**<sup>4</sup> é coordenado pelo antropólogo Alfredo Wagner B. de Almeida (UFAM), e tem uma abrangência nacional. Articula-se com o Movimento Negro em várias frentes de luta como, por exemplo, os Quilombolas, as Mulheres Negras, os Afroreligiosos, as Quebradeiras de Coco Babaçu, os Faxinais, os Cipozeiros e os Negros Rurais.



**Oficina Nova Cartografia Social da Amazônia. Afro-religiosos na cidade de Belém, 24 de abril de 2006.**

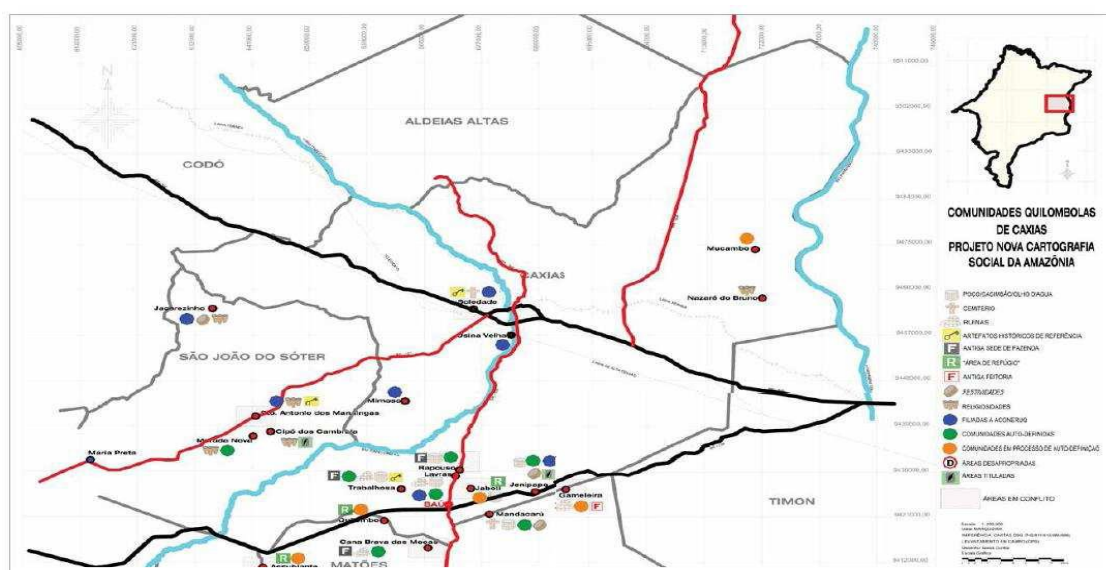
A equipe desse projeto promove oficinas de cartografia em finais de semana, e nessas oficinas além de cursos de capacitação são feitas discussões com as comunidades tradicionais onde elas expõem o que é de interesse a ser “cartografado”. Após ampla discussão crítica sobre a ação de mapear e ser mapeado, as comunidades negras, então já sabendo que uma vez prontas essas cartografias, elas podem ser usadas contra ou a favor das comunidades,

são “construídos” os mapas que podem ao final se transformar numa representação espacial muito diferente daquela *oficial* (cartas do Governo representando a localidade à qual o Movimento pertence – *quando* essas localidades existem nos mapas!).

São produzidos mapas/fascículos como resultados das oficinas, que contém textos de denúncia, reivindicação e históricos dos grupos, além, e principalmente, de mapas com a espacialização dos seus dilemas, problemas, conflitos, necessidades, saberes, tradições, trajetórias, locais de pesca, modo de fazer as coisas, lugares sagrados (...) que dão ensejo às vozes e as lutas desse movimento social.

“O que se busca não é mapear os grupos, mas sim, permitir aos grupos que eles próprios se mapeiem” (Santos op. cit., pág. 4). O PNCSA realiza aquilo que chamamos de “mapeamento situacional” com forte influência do pensamento situacionista que pregava o combate a alienação produzida pela sociedade capitalista. Para o grupo *o mapa não “é”, o mapa “está!”*. Isso significa dizer que uma mesma comunidade pode produzir diferentes mapas em diferentes momentos sobre o mesmo espaço, sobre o mesmo lugar. Os mapas não são fixos, as lutas dos movimentos sociais não são fixas. Novos desafios são postos a todo o momento para as comunidades e a concepção do projeto é que isso seja acompanhado.

Vejamos um exemplo de como ficou um mapa produzido por uma comunidade quilombola:



Mapa 2 - Comunidades Quilombolas de Caxias (Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia)

A base cartográfica é a mesma se compararmos com a imagem gerada pelo satélite Landsat divulgada pelo Google. Porém, o que está fazendo esse mapa ser uma nova cartografia social é que nele estão contidas informações como: áreas desapropriadas; comunidades auto-definidas; filiadas à ACONERUQ<sup>5</sup>, Áreas em conflito, entre outros (vide legenda). Essas informações vão mostrar não somente a existência dessas comunidades quilombolas, como também a importância que a área reivindicada tem para a vida das pessoas que a vivem ali.

No caso apresentado aqui, o grupo coloca no mapa a indicação das “Áreas desapropriadas”, isso estabelece uma relação de ameaça para o Estado e os grandes Fazendeiros que vêem a exposição pública da perda de força para o Movimento, sua hegemonia está enfraquecendo. Essa situação se resolverá, na maioria das vezes, numa escala local com o uso da coerção (violência) e numa escala jurídica-nacional, com o uso do “consenso” através da Justiça. O mapa, nesse caso, vai servir não só como detonador de conflitos, mas principalmente como fenômeno político de uso jurídico de apoio à luta das comunidades negras de Caxias no Maranhão.

**O Projeto de Mapeamento das Casas de Religiões de Matriz Africana do Estado do Rio de Janeiro<sup>6</sup>** tem o objetivo de tornar visível no mapa o quantitativo de Terreiros de Umbanda e Candomblé presentes no Estado com a perspectiva de que este resultado possibilite a construção de Políticas Públicas efetivas que beneficiem este segmento religioso. É uma iniciativa Secretaria Especial de Promoção de Políticas da Igualdade Racial (SEPPIR) em articulação com a PUC-RIO e o Conselho Griot<sup>7</sup>.

O mapeamento dos terreiros vem fazendo com que a sociedade enfrente a realidade daqueles que cultuam religiões de matriz africana e que sofrem inúmeras formas de preconceito por causa disso. Seus espaços sagrados são na maioria das vezes depredados por conta da intolerância religiosa e estão afastados dos grandes centros. Há também o não reconhecimento do Estado desses espaços enquanto casas religiosas o que contribui para manifestações preconceituosas. O governo concede benefícios às casas religiosas, como isenções fiscais, que não são válidos para os terreiros.

## Conclusão

Não temos aqui o objetivo de esgotar a diversidade das experiências de mapeamento participativo e cartografias sociais existentes no Brasil relacionadas ao Movimento Negro. Elencamos alguns projetos que se dediquem a não só produzir novas cartografias, mas sim a tornar os sujeitos, inseridos nesse movimento, participantes do processo de elaboração cartográfica. Vemos então que as Novas Cartografias Sociais podem ser feitas *com* o Movimento, *para* o Movimento ou *sobre* o Movimento social. As conquistas desses grupos são fruto da disputa de diferentes representações do espaço e como tais, significam a importância da socialização do conhecimento cartográfico para o conseqüente aumento das vitórias dessas disputas por parte desses atores contra-hegemônicos.

---

<sup>1</sup> MIGNOLO, Walter. Os esplendores e as Misérias da “Ciência”: Colonialidade, Geopolítica do Conhecimento e Pluro-versalidade Epistêmica. IN: SANTOS, Boaventura de Souza. Conhecimento prudente para uma vida decente. Cortez, 2003.

<sup>2</sup> LACOSTE, Yves. A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a Guerra. Campinas: Ed. Papyrus, 1988.

<sup>3</sup> SANTOS, Renato Emerson dos. “Cartografagens da ação e dos conflitos sociais: análise comparativa de observações e representações do espaço-tempo do fazer político.” Rio de Janeiro: 2010, Relatório de pesquisa apresentado à FAPERJ.

<sup>4</sup> <http://www.novacartografiasocial.com/>

<sup>5</sup> Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão

<sup>6</sup> <http://www.nima.puc-rio.br/mapeamento/>

<sup>7</sup> “Formado em 2008, o Conselho Griot tem finalidade de dar suporte a esta pesquisa e orientar a academia (PUC-Rio) e o poder público (SEPPIR) na construção deste trabalho acompanhando e deliberando em toda a sua elaboração”. FONTE: <http://www.nima.puc-rio.br/mapeamento/index.php/conselho-griot>